ANC 88
Pasta Nov/Dez 85
053

Constituinte aprovada em primeiro turno

Roque de Sá

Ulysses tentou diversos argumentos para convencer os peemedebistas a aprovar o parecer de Giavarina

O Congresso Nacional aprovou em primeiro turno, antes da meia noite de ontem, após exaustivas negociações, a mensagem presidencial convocando a Assembléia Nacional Contituinte "livre e soberana, que se reunirá no dia primeiro de fevereiro de 1987 na sede do Congresso Nacional". Os congressistas estiveram todo o dia envolvidos numa série de impasses, já que grande parte dos senadores se recusava a aprovar a mensagem com a retirada da expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais". Isso porque eles acreditam que o destaque colocará em risco o mandato dos eleitos em 82, além de também extinguir o poder revisor que a Câmara alta sempre deteve. A votação da emenda em 2º turno continuou pela madrugada de hoje.

A mensagem tramitou sem maiores problemas e uma outra mudança no texto de convocação foi a retirada da expressão "no curso da 1ª sessão legislativa da 48ª legislatura". Com isso a Assembléia Nacional Constituinte poderá elaborar uma Constituição durante todo o período que julgar necessário. Os outros três pedidos de destaque, que retiravam expressões ou palavras dos artigos que tratam da anistia e do prazo de desincompatibilização, foram rejeitados pela Câmara e não mereceram apreciação do Senado.

Algumas horas antes, a bancada do PDS no Senado entrou no Plenário convencida de que, com o apoio de senadores de outros partidos, derrubaria o parecer da Comissão de Constituição e Justiça já aprovado pela Câmara dos Deputados. Seria a resposta dos senadores à falta de acordo.

Iniciada a votação, acompanhada com bastante expectativa, ficou claro que o resultado era imprevisível. No final, o empate — 28 a 28. O plenário ainda perplexo, alguns deputados tentaram pedir a palavra, mas foram cortados pelo presidente do Senado, José Fragelli:

— Este momento é inteiramente meu. Meu voto vai desempatar. Voto a favor do parecer da Comissão.

Os senadores do PDS não esconderam a decepção, mas aparentemente se resignaram, pois ao se submeterem a uma votação teriam que acatar seus resultados.

O destaque do deputado Bonifácio de Andrada foi, então, votado no mérito pela Câmara dos Deputados, sendo aprovado por esmagadora maioria. Resultado: a Assembléia Nacional Constituinte será praticamente exclusiva, pois no seu ato convocatório não consta mais a manutenção das atribuições constitucionais do Congresso e nem a referência à Legislatura em que se reunirá.

Com isto, foi evitado o precedente temido pelo líder do PDS na Câmara, deputado Prisco Vianna. E que se rejeitado o parecer da Comissão de Justiça da Câmara "haveria uma inversão total de papéis: bastaria um terço de cada Casa para incluir qualquer coisa na Constituição, ao invés dos dois terços determinados pela própria Constituição".

Congresso tem sessão tumultuada à tarde

A tarde a sessão do Congresso começou às 14h17, com muitos senadores e deputados em plenário, e os pronunciamentos repercutiam a grande confusão que imperava dentro de todos os partidos, com cada um dos parlamentares defendendo uma posição própria.

Logo no início da sessão, o líder do PTB na Câmara, deputado Gastone Righi (SP), declarou que era contrário à convocação de uma Constituinte Congressual, pois entendia ser desejo da Nação, uma Constituinte exclusiva. Em seguida diversos outros deputados fizeram uso da tribuna, para expor suas opiniões. Do meio do plenário um grupo de parlamentares mais descontraídos, vaiava todos os colegas que iam aos microfones.

Irritado com a demora da votação do parecer da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, o líder do Partido Comunista Brasileiro, Alberto Goldmann, ao ver que o vice-líder do PDS, deputado Amaral Neto, ainda iria falar antes da apreciação do parecer, pediu a palavra e disse: "Vamos votar logo?"

Mas Amaral Neto falou durante mais de dez minutos, e antes de começar seu pronunciamento, respondeu a Goldmann: "Enquanto vocês têm pressa de votar, eu não tenho". O pedessista cumpria orientação do partido e obstruía a sessão, para dar tempo às negociações.

O deputado do PDS, lembrou em seu pronunciamento o movimento pelas diretas em 84, e disse: "Essa emenda é uma falcatrua contra o povo que saiu às ruas. Temos a obrigação de votar um plebiscito, para que a Nação diga se deseja convocar uma Constituinte e qual a forma desejada para ela."

Encerrado o pronunciamento de Amaral Netto, o presidente do Congresso, senador José Fragelli, deu como encerrados os debates e iniciou a sessão de votação. Antes, porém, pediu ao primeiro-secretário, senador Enéas Faria que lêsse um acordo firmado entre todos os líderes partidários na Câmara e os do PMDB e PFL no Senado — o do PDS, Murilo Badaró se recusou a assinar — que conclamava à aprovação do parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O senador Itamar Franco, eleito em 82, levantou-se incontinente, e pediu uma parte, que mereceu um "ai, meu Deus" do presidente do Congresso. O senador mineiro reclamou da leitura do acordo de liderança na sessão de votação dizendo que o fato era antirregimental. Fragelli concordou meio sem jeito.

O presidente do Congresso pediu então os votos dos líderes. Mas o deputado Gastone Righi, e o senador Odacir Soares(PDS-RO) cobraram a verificação de quorum. Feita a apuração na Câmara, 384 deputados votaram favoravelmente ao parecer, 21 contra e houve uma única abstenção.

Finda a votação na Câmara e iniciada a do Senado, muitos senadores se retiraram do plenário para que não houvesse quorum. A manobra surtiu efeito, e os líderes ao ficarem certos do resultado, saíram apressadamente para novas reuniões no início da noite.

Ulysses consegue união da bancada

O deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e da Câmara dos Deputados, conseguiu convencer os senadores de seu partido a votarem a favor do parecer da Comissão de Constituição e Justiça — que entendeu serem necessários dois terços de votos favoráveis de deputados e senadores para a reinclusão da expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais" no texto que convoca a Constituinte. Com isso, Ulysses pretendia assegurar que a expressão ficaria de fora do substitutivo do deputado Walmor Giavarina (PMDB-PR), facilitando a sua aprovação. O argumento utilizado por Ulysses foi o de que o regime não conseguiria suportar a pressão popular durante os três meses do recesso parlamentar, até que o Congresso novamente se reunisse para aprovar a convocação da Constituinte.

Os senadores entendiam que a retirada da expressão colocava em risco o mandato dos que foram eleitos em 1982, que acabariam por não participar da Constituinte e ficariam sujeitos, para retomar seu mandato legislativo ordinário, a uma decisão da Assembléia. Ficaram a favor do presidente do partido 16 daqueles parlamentares, contra o voto de Itamar Franco (MG), Saldanha Derzi (MS) e Fábio Lucena (AM).

De acordo com o senador Hélio Gueiros, vice-líder do partido, Ulysses apresentou o "advento do apocalipse insuportavel" para convencer os senadores. No entanto, no seu entender, a Constituinte não é uma preocupação fundamental da população. Mas sim o aumento do BNH, dos alimentos e do seu salário. "Constituinte é uma preocupação das elites" — declarou. Apesar de ser contrário à retirada da expressão, Gueiros preferiu votar da mesma forma que a maioria da bancada.

Por outro lado, o senador Itamar Franco definiu como "terrorismo intelectual" os argumentos apresentados pelo deputado Ulysses Guimarães. Da mesma forma, Fábio Lucena entendeu que houve uma capitulação dos peemedebistas ao voltarem atrás na sua intenção inicial de retirar a expressão.

Mesmo certo de que o PMDB na câmara e no Senado, em sua ampla maioria, votaria a favor do parecer, restava os senadores do PFL e do PDS. Para tanto, em nova reunião na parte da tarde, Ulysses se reuniu com os líderes do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, e no Senado, Humberto Lucena, e com os do PFL, senador Carlos Chiarelli e deputado José Lourenço. Também participou o presidente do PFL, Jorge Bornhausen. Foi então redigida uma nota, que teria como objetivo dar uma garantia aos senadores que a retirada da expressão não seria suficiente para impedir que eles permanecessem com a sua competência para legislar ordinariamente.

A nota foi assinada pelos líderes do PMDB, do PFL, pelo deputado Prisco Viana, líder do PDS, Nadyr Rossetti, do PDT, e Alberto Goldman, do PCB. O líder pedessista no Senado, Murilo Badaró, não a subscreveu. Encaminhada para a Mesa do Congresso, foi indagada à presidência da casa de o texto subscrito pelos líderes teria algum valor jurídico. Foi respondido que não.

Os senadores do PDS e alguns do PFL e do PMDB se retiraram, para não dar quorum suficente para a votação, evitando aprovar o parecer da comissão. Com os votos favoráveis de 25 senadores, dois contrários, e uma abstenção, a matéria não pode ser aprovada e nem rejeitada, não sendo possível completar o número de presença suficiente para deliberar.

Suspensa a sessão um pouco antes das 18 horas, o senador Murilo Badaró acenava com a proposição de que fosse garantido o mandato dos senadores eleitos em 1982 e a redução do prazo de filiação partidária para seis meses, constante da nova lei dos partidos políticos, para se chegar a um acordo.

Os argumentos de Genoíno

O deputado José Genoíno (PT-SP), afirmou ontem que dentre outras questões, o problema para o Senado concordar em votar a retirada das expressões garantindo as atribuições constitucionais dos parlamentares, ao mesmo tempo em que estivessem trabalhando como Constituintes, era o interesse de tornar o deputado Ulysses Guimarães presidente da Assemlbéia Nacional Constituinte. Isso porque retirada as "atribuições constitucionais" dos senadores, e deputados a Constituinte seria uma única câmara, e o seu presidente seria eleito por maioria, enquanto se permanecessem as expressões, constitucionalmente, uma reunião conjunta da Câmara e do Senado teria que ser presidida por um representante do Senado.

Desta forma, estaria garantida a vice-presidência da República para o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, pois quando a Constituinte se reunir a partir de fevereiro de 1987, retiradas as expressões do texto convocatório, ficaria preservada a figura de Ulysses como sucessor primeiro do presidente Sarney, uma vez que o seu mandato como presidente da Câmara termina em março daquele ano, e constitucionalmente, ele não pode tentar a reeleição.

Na reunião de ontem da bancada de senadores do PMDB, quando ficou decidido que eles votariam a favor do parecer da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados — prevendo a necessidade 2/3 de votos favoráveis para a reinclusão das expressões "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais" — foi o próprio Ulysses Guimarães quem apresentou o argumento que lhes fez mudar de posição, anteriormente contrária àquela exclusão. De acordo com o presidente do partido, o procedimento dos senadores acabaria por adiar a aprovação do ato convocatório para março do ano que vem.

O senador Hélio Gueiros (PMDB-BA), disse ainda que não concorda que a população, em sua grande maioria, esteja preocupada com a Constituinte. Para ele, o povo está mais interessado em resolver os problemas da casa própria, do aumento de salários e dos alimentos. "Constituinte é preocupação da elite" — afirmou o senador — "não existe um clamor público sobre ela".

Reuniões buscam solução

As 18 horas, interrompida a sessão do Congresso Nacional por falta de quorum no Senado, teve início mais um round de intensas negociações em busca de uma solução para o impasse em torno da convocação da Constituinte. Ainda no plenário, o líder do PDS no Senado, Murilo Badaró, com a concordância de vários deputados do PDS e do PFL, acenou com a possibilidade de se antecipar a votação da proposta de redução do prazo de filiação, o que seria interpretado pelos senadores como um gesto de boa vontade.

A cúpula do PMDB, em seguida, se reuniu no gabinete do presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães. Lá, os senadores José Fragelli, Humberto Lucena e Fernando Henrique Cardoso, o anfitrião e o deputado Pimenta da Veiga tentaram encontrar uma saída para o impasse. Ao mesmo tempo, no gabinete de Badaró, estava reunida a bancada do PDS no Senado.

Mais tarde, Humberto Lucena e Fernando Henrique foram até a reunião do PDS. O presidente do Senado, José Fragelli, às 18 e 30, apostava em um acordo, porque isto "só depende dos senadores, que sabem ser flexíveis". E reconhecia: o adiamento da votação fortalecerá a campanha pelas diretas já.

Fragelli repetia os argumentos que tem utilizado no sentido de convencer os senadores a aceitarem o acordo: "Com ou sem as expressões, isso não tem a menor importância. A Constituinte depois de montar no corcel do Poder Constituinte ficará indomável. Ela vai transformar o preto no branco e o branco no preto". E exatamente isso que provoca os receios dos senadores.

Numa roda no gabinete da liderança do PDS, Fernando Henrique Cardoso tentava convencer os senadores Amaral Peixoto, Murilo Badaró e Virgílio Távora que a retirada das expressões não mudaria o caráter congressual da Constituinte.

Virgílio Távora ouviu e rebateu: "Eu não nasci ontem. Nós somos do PDS — o Partido do Sarney". Amaral Peixoto emendava: se não muda, então é só retirar o destaque. Mais explícito, o senador Alexandre Costa comentava: "Não queremos criar problemas, mas apenas defendemos que a mensagem presidencial enviada pelo presidente José Sarney seja respeitada. Fora disto, não há acordo".

As lideranças do PDS e do PMDB no Senado dirigiram-se, então, para o gabinete de Ulysses, onde, às 19 horas, nova tentativa de acordo tinha início.

O entendimento anterior, que resultou em uma nota explicativa lida em plenário, fracassou. Na opinião de Badaró, "o documento é inócuo, pois não tem valor jurídico".

A torcida no PMDB e no PFL era por um acordo. No PT e no PDT pelo impasse, adiando a votação para o próximo ano. No PDS, havia quem apostasse no entendimento e muita gente favorável ao desentendimento, porque simplesmente não quer Constituinte alguma — seja congressual ou não.

Pesquisa terá restrição

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou projeto de lei proibindo a divulgação de pesquisas apresentando a preferência do eleitorado 6 meses antes da realização do pleito. A proposta é de autoria do senador Hélio Gueiros (PMDB-PA) que ressalta tratar-se apenas de uma ampliação do prazo atual, que é de 15 dias antes da votação. Com isso, entende o parlamentar, os institutos de pesquisa de opinião pública não estariam impedidos de realizar o seu trabalho normalmente, mas apenas de divulgarem os resultados encontrados.

Na opinião de Gueiros, as últimas eleições deixaram evidente que as pesquisas são usadas como propaganda eleitoral. Os candidatos esperavam os seus resultados para a utilizarem como argumento para convencer os eleitores. Com a proibição da divulgação, os institutos dariam maior importância aos critérios científicos que utilizam para aferir a preferência do eleitorado, tornando a sua orientação mais segura.

Este é o resultado do descontentamento dos parlamentares com os institutos de pesquisa, devido a sua atuação na campanha eleitoral deste ano. O senador não será o único a proceder assim. O deputado Sebastião Nery (PS-RJ) já anunciou pelo microfone do plenário da Câmara dos Deputados que irá apresentar projeto de lei com o mesmo objetivo.

PFL garante apenas quorum

Depois de reuniões que se prolongaram pelo dia inteiro, numa tentativa infatigável de tentar reverter a tendência de rejeição, pelo Senado, do parecer da Comissão de Constituição e Justiça que resultaria na supressão da expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais" do texto de convocação da Constituinte, a bancada do PFL entrou em plenário, às 20h30, com o único compromisso de dar número para a votação. Permanecia, desta forma, a tendência de rejeição do parecer, o que devolveria à Câmara a necessidade de reunir dois terços de votos para a retirada da expressão.

A "fórmula mágica" aparentemente havia surgido por volta das 16 horas, através de uma nota assinada pelas lideranças do PFL e do PMDB em ambas as Casas assegurando que a retirada da expressão não alteraria em nada o teor da convocação nem traria prejuízos, conforme se dizia, aos senadores eleitos em 1982. A portas fechadas, reuniram-se com o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, o senador Jorge Bornhausen, presidente do PFL, os líderes do partido na Câmara e no Senado, José Lourenço e Carlos Chiarelli, e os líderes do PMDB, Humberto Lucena (Senado) e Pimenta da Veiga (Câmara).

"Redigiu-se uma nota — explicou o senador Chiarelli — onde se explica que a retirada da expressão se resume a uma correção de texto, apesar de ter provocado tantas celeumas. Com isso, fica esclarecido que os senadores eleitos em 1982 participarão da mesma forma e, em resumo, que nada será alterado".

O poder de persuasão da nota estaria no fato de que ela ficaria acoplada à emenda, "de modo que, quando surgisse dúvida, se pudesse recorrer a ela", explicou Chiarelli, enfatizando que isto estaria em harmonia com o princípio de se incluir no texto de lei a "intenção do legislador". Mas não deu certo: quando o parecer começou a ser votado, os senadores se retiraram e por volta das 17h30 a sessão foi suspensa por falta de quorum.

Durante mais de duas horas, em reunião que então teve início no gabinete do senador Guilherme Palmeira (PFL-AL), o 1º vice-presidente do Senado, Jorge Bornhausen tentou convencer, um a um, os senadores a votarem o parecer.

Projeto é tido como absurdo

Clóvis Sena

O Projeto Sarney pró-Constituinte, elaborado pelo udenista Célio Borja, leva à Constituinte pela manhã: Câmara e Senado à tarde; e Congresso à noite.

Esse samba-do-crioulo-doido não existe em parte nenhuma do mundo.

E falava-se ontem que Célio, vendo fazer água em seu barco, procurara alguns senadores, sobretudo os do PFL e PDS, aos quais alertara que estavam a perigo se prevalecessem alguns pontos-de-vista da Câmara. E os pais-da-pátria entraram em greve, não deram quorum para a aprovação do parecer da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de que matéria constitucional em destaque terá de ser aprovada por 2/3. Negar isso, é negar a evidência, seria pretender, conforme alertou o deputado mineiro Bonifácio de Andrada, que relógio fosse elefante.

O próprio Bonifácio sustenta ser preciso encarar a questão da Constituinte com coragem e não com desvios e deturpações de atitude. Ser pela Assembléia Nacional Constituinte, ou contra ela, são atitudes respeitáveis. A deturpação é que é inaceitável. Querer fazer a Assembléia Nacional funcionar concomitantemente com Câmara, com Senado e com Congresso é absurdo. E Andrada faz ver: "Isso não é Assembléia Nacional Constituinte, nem aqui nem em parte alguma do mundo".

A primeira Constituinte, que existiu em 1823, funcionou só. O mesmo a de 1891, assim como a que se reuniu em 1934 e em 1946. A francesa, de 1946 — do após-guerra, foi também assim, tanto quanto a de Bonn.

O relator Valmor Giavarina, por seu lado, dizia nada influir, em substância, a pleiteada eliminação da expressão... "sem prejuízo de suas atribuições constituições do Congresso).

A exclusão ter-se-ia dado apenas para acalmar as críticas do PDT e do PT, cujos simpatizantes começaram a ocupar as dependências do Congresso.